



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



COMSEP

CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP
ATA 03/2018

Ao nono dia do mês de abril de dois mil e dezoito, às dezoito horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, na Casa dos Conselhos, rua 1822 n 1510. Estavam presentes Elaine Gonçalves Weiss de Souza (Procuradoria); Sandro Katzwinkel da Rocha (FMEBC); Juliano Pigozzi Reis (12º PM); Maico Francisco Alcântara (13º Bombeiros); Daniel Moreno Ferreira da Silva (OAB); Cleyton Schotten (UNIBAC); Valmir Patias (Rotary - Praia do Atlântico); Eduardo Mafra (Lions Club); Valdir de Andrade (CONSEG) e Karina de Cassia Ferri (Associação GM). Justificaram ausências Laurindo Ramos (Secretaria de Planejamento) e Paulo Robertyo Juneke (ACIBALC). Como participantes estiveram presentes Sr. Flávio Jacques do Nascimento (Secretaria de Segurança) e Antônio Coutinho Neto (GMBC). Dr. Daniel inicia o encontro relatando sobre a importância da reunião realizada no dia 22 de março de 2018 pelo Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG). O conselheiro conta que o acontecimento foi de extrema importância para o entendimento da real necessidade da construção de um 'Centro de Internação para Menores Infratores' e salienta a participação do Ministério Público neste dia. Ainda na reunião do CONSEG, o Cmte. Evaldo colocou o quartel à disposição para o tratamento de algumas possíveis medidas socioeducativas, o que foi visto com bons olhos pelo Ministério Público, se comprometendo a visitar o Batalhão para continuar as tratativas. O conselho delibera sobre engajar a sociedade a esta temática e cobrar medidas do poder público para a construção do projeto. Conforme a última reunião do COMSEP, foi criada uma 'carta aberta' a título de registro sobre as ações do conselho, com intuito de levar a demanda à mídia. Dr. Daniel inicia a leitura da 'carta aberta' para todos os presentes rogando ao Ministério Público, aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que se estabeleça o tema Menor Infrator como demanda e prioridade de solução. Este tema é considerado prioridade no conselho, compreendendo urgência da construção de um centro educacional de internação para menores, além de ações previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Aberto para discussões Dra. Elaine levanta alguns questionamentos e opiniões: pede complementação no trecho da carta em que usa o termo 'violência' para 'violência envolvendo menores e entre menores'; também sugere trocar o termo 'falha' por 'ausência' de estrutura nas instituições; opina sobre encaminhar a carta aberta à sociedade em geral e não especificamente ao Ministério Público. Os conselheiros discutem sobre algumas falhas no sistema em relação à liberdade assistida entre outras medidas. Dr. Valdir relata que existe um "faz de conta" em relação as medidas aplicadas ao menor infrator. Dra. Elaine conta que é o judiciário que fiscaliza essa ação. Uma das intenções do Centro de Internação Educacional é realizar um cadastro dos menores infratores e incentivar algumas instituições da sociedade civil para apadrinharem alguns menores infratores, acompanhando todo o processo. Dra. Elaine questiona Dr. Valdir sobre quem fariam as fiscalizações, sendo que ele responde que o CRAS receberia auxílio e instruções para esta

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC

Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 88.330-484 | Fone: 47 3267.0129

E-mail: bccasadosconselhos@gmail.com



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



COMSEP

CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP
ATA 03/2018

prática. Sr. Flávio Jacques explica sobre a discussão da reunião anterior levantando a problemática do Centro de Internação e a importância de levar esta causa para a mídia para que seja dado o máximo de publicidade, visitando rádios, programas de tv e afins. Dra. Elaine fala sobre mandar uma carta para a Câmara de Vereadores, pois com a construção do novo estabelecimento da Havan na cidade medidas compensatórias (5% do valor da obra) são exigidas por lei, e cita o exemplo da rota em Gaspar-SC. Ainda sugere analisar de onde mais poderia vir os recursos. O conselheiro Daniel fala que o CMDCA pode ajudar sobre a ressocialização dos menores em razão da disponibilidade de verbas para projetos e sugere marcar uma reunião com os conselhos CMDCA e COMJUV, para contextualizarem melhor as possíveis soluções ao processo. Dr. Valdir explica aos conselheiros sobre a existência de um terreno que era destinado para uma estação de tratamento de lixo. No entanto como não foi feito uso deste, poderia então ser destinado a construção do Centro, inclusive alega que o Prefeito Fabrício mostrou-se a favor da ideia. Dr. Valdir diz que um novo projeto pode ser idealizado com o apoio do Lions Club, inclusive na aquisição de meios de custeio para o desenvolvimento da obra. Também é sugerido buscar apoio com o Conselho da Cidade, que pode realizar uma consulta no Tribunal de Contas, análises de impacto na vizinhança e compensações de empresas (Angeloni, Havan, Unimed). Outra observação seria sugerir ao CASEP recursos como auxílio para integrar juntamente a construção de uma sede para Guarda Municipal. Dra. Elaine acha que o Município não tem condições de manter um Centro de Integração e prevê como uma solução cabível que uma ONG faça este trabalho administrativo. Os conselheiros levantam que a parte mais difícil sobre o projeto é a manutenção desde serviço e os meios mais eficazes de inserção dos menores infratores à sociedade. Sr. Flávio Jacques sugere fazer um levantamento de quais os modelos de centros que deram certo em outras localidades, para usar de exemplo para o município de Balneário Camboriú. É questionado se as vagas seriam apenas para os menores infratores da cidade. Sr. Valdir explica que o custo para o Estado de um menor infrator é de 13.700 reais, muito mais alto que comparado a de um preso cujo custo sai em torno de 3 mil reais. A cidade de Itapema está em tratativa com o Ministério Público para construir um Centro de Internação em convênio com o Estado. O participante Coutinho considera a construção do Centro um grande passo para o processo de ressocialização e alega que a Guarda Municipal não está dando conta da quantidade de menores apreendidos. Dr. Valdir aconselha uma pesquisa sobre quais planos o município atende baseado nas medidas socioeducativas. Dr. Daniel compromete-se em fazer um relatório para encaminhar para a OAB com o intuito de tomar algumas medidas. Ainda explica que o centro é importante pois está aumentando o nível de violência envolvendo menores, corrompidos pelas facções criminosas. Sr. Flávio Jacques destaca que a segurança pública não é apenas uma questão de violência e sim, de ordem pública. É comentado que a problemática desta questão sobre os menores infratores está na reincidência dos atos e que

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC
Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 88.330-484 | Fone: 47 3267.0129
E-mail: bccasadosconselhos@gmail.com



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



COMSEP

CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP
ATA 03/2018

trabalhar em cima desta dificuldade, talvez seja um processo efetivo e mais positivo. Dra. Elaine cita o exemplo da cidade de Ribeirão Preto, que realizou apadrinhamento de menores infratores e que por meio desta tratativa, o índice de reincidência reduziu em 20 %. Dr. Daniel manifesta-se para retomar a redação da carta aberta e assim finalizar a alteração de alguns termos solicitados pelos conselheiros. Fica decidido alterar: o termo 'menor infrator' por 'adolescente autor de ato infracional'; sobre o aumento da violência, salientar que é específica àquela praticada pelos adolescentes e, também frisar a 'falta de estrutura adequada' das instituições. Feito as deliberações, restou aprovada a seguinte redação: "O Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, que tem como conselheiros representantes da Secretaria de Gestão Administrativa; Secretaria de Educação; Secretaria de Articulação Governamental; Procuradoria Geral do Município; Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária; Fundação Municipal de Esportes; Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; Polícia Civil; Corpo de Bombeiros; Conselho Tutelar; OAB - Subseção de Balneário Camboriú; Associação Empresarial de Balneário Camboriú - ACIBALC; CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas; União das Associações de Moradores; Clube de Serviço LIONS; Clube de Serviço ROTARY; Sindicato dos Taxistas; CONSEGS; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Balneário Camboriú - CONDES; AMPE - Associação das Micro e Pequenas Empresas; AATBC - Associação dos Agentes de Trânsito de Balneário Camboriú e AGMBC - Associação dos Guardas Municipais de Balneário Camboriú, no uso de suas atribuições legais instituídas pelo art. 54 e ss. da Lei Municipal n. 3029/2009, levando em consideração: reincidência de menores infratores; aumento constante de ocorrências envolvendo menores infratores como tráfico de Drogas, Roubos e Furtos; aumento da violência praticados por adolescentes; ausência de Centro Educacional de Internação de Menores; ineficácia das medidas dos incisos I, II, III, IV e V do art. 112 do Estatuto da Criança e Adolescente, por falta de estrutura das instituições, vem a público informar que os Conselheiros recomendaram como prioridade e estratégia de segurança pública local, a atenção absoluta do tema Adolescente Autor de Ato Infracional, compreendendo a necessidade urgente da construção de um Centro Educacional de Internação de Menores, e ainda, buscar eficácia para as medidas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e regime de semi-liberdade, previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e Adolescente, com o intuito de diminuir a criminalidade e violência envolvendo adolescentes. Certo de contar com o apoio da sociedade em geral, roga ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que se estabeleça o tema Adolescente Autor de Ato Infracional como demanda e prioridade de solução", que será assinada e encaminhada aos meios de publicação. Dra. Elaine fala em criar um pagina no Facebook do COMSEP para melhor divulgar as ações do conselho. Dr. Valdir diz que o Poder Judiciário tem que parar de realizar simplesmente advertências ao consumo de

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC

Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 88.330-484 | Fone: 47 3267.0129

E-mail: bccasadosconselhos@gmail.com



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



COMSEP

CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP
ATA 03/2018

drogas de forma coletiva, como vêm sendo feito e Dr. Daniel argumenta ser necessário verificar a continuidade desse procedimento junto ao Fórum, e caso persista, recomendar ao Poder Judiciário a modificação do sistema para que seja alcançado o fim que se destina a medida. É colocado em pauta realizar uma reunião com os conselhos CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) e com o COMJUV (Conselho Municipal da Juventude) por meio do COMSEP para elencar estratégias e ações que possam agregar a construção do "Centro Educativo de Internação de Adolescente Autor de Ato Infracional", inclusive discutir meios de participações tendo em vista à igualdade do público alvo tratado. É sugerido elaborar um ofício pedindo previsão orçamentária para o COMSEP, baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). São realizadas discussões sobre estratégias quanto ao custeio das futuras obras para estruturar a nova sede da Secretaria de Segurança. Sr. Flavio Jacques relata ser insustentável atender as demandas do público com a atual estrutura entre outros pormenores, citando exemplos como falta de espaço para treinamentos, estacionamento e central de monitoramento. Verbalmente o prefeito destinou uma área entre a Faculdade Avantis e o Fórum para a construção de uma nova sede para a Secretaria de Segurança, apesar de não haver previsão orçamentária para elaboração dos projetos técnicos e tão pouco para efetivação da obra. São discutidos meios para possibilidades de financiamento da obra. Sr. Flávio Jacques pergunta sobre as tratativas em relação a nova sede dos bombeiros. Sr. Valdir explica que o projeto foi realizado com fundo próprio. Dra. Elaine fala que foi parte responsável nesta aquisição com seus serviços através de pareceres e liminares. Revela que foi feito uma poupança, que o projeto arquitetônico foi obtido sem custos pelo Sinduscon e que não foi realizado um estudo de impacto de vizinhança. O valor da obra foi de aproximadamente 3 milhões de reais. Dra. Elaine parabeniza os bombeiros pois considera que eles lutaram sozinhos pela conquista. Em assuntos gerais a participante Gévelyn, que faz parte do Instituto Catarinense de Esportes para Deficientes - ICED, veio trazer uma demanda que considera importante. Relata que uma colega com deficiência foi vítima de abuso sexual em São Paulo e que ao procurar ajuda e realizar o boletim de ocorrência teve acesso ao material da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de lá. Gévelyn explica que a delegacia de São Paulo tem um sistema de apoio aos deficientes que proporciona auxílio às pessoas com deficiência nos casos necessários. Inspirada na assistência que obteve neste caso, pede apoio ao COMSEP, para um levantamento de dados de violência contra pessoas com deficiências, visando a criação de um projeto de lei. Propõe fazer um encaminhamento para formar um centro regional, quem sabe em parceria com a AMFRI. Gévelyn explica que foi vítima violência doméstica e relata que, em seu caso, não obteve retorno algum da Delegacia Civil de Balneário Camboriú, nem tratamento adequado em relação a sua deficiência. A participante diz ter procurado o CRAS, que no momento, está acompanhando seu caso. Dra. Elaine desabafa que infelizmente tem muita coisa na delegacia

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC
Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 88.330-484 | Fone: 47 3267.0129
E-mail: bccasadosconselhos@gmail.com



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



COMSEP

CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP
ATA 03/2018

que não condiz com demanda e fala em oficiar a delegacia sobre adequações. Dr. Daniel explica que na Rua Inglaterra existe um projeto para fazer a Delegacia da Mulher e do Turista considera importante encaminhar esta proposta ao Delegado Dr. David para que seja incluído no projeto o atendimento às pessoas com deficiências. Ainda relata que este projeto vislumbra ser uma delegacia modelo. Dr. Daniel pede autorização para fazer contato com a comissão interna da mulher dentro da OAB para auxiliar a Gevelyn, para que possa dar mais um respaldo na situação, que é por ela autorizado. Encerrada a reunião e nada mais havendo a tratar eu, Arine Texeira, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais conselheiros presentes.

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC

Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 88.330-484 | Fone: 47 3267.0129

E-mail: bccasadosconselhos@gmail.com